

## Vitória da mobilização docente

*Procurando traçar uma análise do processo de negociação, que terminou com a assinatura do acordo salarial com o governo, o ANDES-SN construiu um relatório divulgado na íntegra neste TRAVESSIA ESPECIAL.*

*No relato, o Sindicato procura narrar historicamente o processo, que teve início em março de 2011, construindo o cenário político em que o ANDES se esforçou por uma condução transparente e democrática. O sindicato defendeu a união dos Servidores Públicos Federais e enfrentou a morosidade do governo, que se negava a estabelecer uma real negociação.*

*O documento analisa ainda a mobilização das ADs e a conjuntura que levou ao fim do processo. A assinatura do acordo apresentou ganhos importantes e apontou para a continuidade das discussões sobre a carreira docente.*

ANDES procurou conduzir o processo da forma mais democrática possível, pág. 5

Equiparação com carreira de Ciência & Tecnologia poderia ter sido prejudicial, pág. 7

Mobilização docente flexibilizou posições do governo, pág. 6

Categoria reconheceu necessidade de nova carreira, pág. 7

A luta continua... Pág. 8

Analisar o processo em sua totalidade é uma condição para apurarmos o balanço a respeito do ocorrido e traçarmos os próximos passos do movimento. Nossa luta se iniciou em Fortaleza, no CONAD, quando assumimos a tarefa de construir uma pauta de reivindicações que, partindo da atualização da anterior, tomaria como centro a proposta de carreira para os docentes do Setor das IFES.

Este processo foi desencadeado com a elaboração coletiva junto às seções sindicais, com movimentos de idas e vindas, tendo sua aprovação final no 30º Congresso. Neste mesmo congresso discutimos e aprovamos o plano de lutas, de mobilização e de negociação, para obter conquistas em favor da categoria, referenciadas na pauta que combina condições de trabalho, salário e carreira.

Protocolamos a nossa proposta de carreira no



Presidente do ANDES-SN fala a docentes na porta do MP

MPOG e no MEC, em março de 2011, e desencadeamos a intensificação do trabalho de base, ampliando as visitas às unidades por meio de caravanas Brasil a fora, sem desanimar mesmo diante de baixa participação inicial dos docentes nas assembleias e espaços de debate. Paralelamente, promovemos discussões nos conselhos das universidades, com a ANDIFES, o MEC, o MPOG e muitos parlamentares.

Simultaneamente, intensificamos nossa atuação

na CNESF para elaboração de pauta conjunta e calendário de ação unitário, chegando a constituir um fórum mais amplo de unidade que agregou 32 entidades dos SPF. O eixo econômico da pauta foi: "Política salarial permanente com Reposição Inflacionária, Valorização do Salário Base e Incorporação das Gratificações". As ações nacionais do Fórum de Entidades envolveram atos nos estados, manifestações em Brasília e reuniões nos ministérios, em especial no MPOG.

Não deu na imprensa...

Faculdade de Educação da UFMG em apoio à greve dos profissionais da rede estadual  
Estudantes desocupam reitoria da UFF mediante acordo  
Greve dos docentes UFPR é suspensa com vitórias

## Editorial

As negociações que resultaram no Acordo assinado entre a Diretoria do ANDES-SN e o Governo Federal constituíram um processo marcado pela determinação da categoria na construção de uma proposta que expressasse suas reivindicações. Nesse sentido, evitar as distorções e fragmentações tão nefastas e consolidadas em negociações pretéritas tornou-se uma estratégia prioritária na construção de elementos de uma proposta de carreira que caminhasse na direção da paridade entre os professores do Magistério Superior e da Educação Básica Técnica e Tecnológica, do tratamento isonômico entre professores ativos e aposentados e, especialmente, a incorporação das gratificações na perspectiva de estabelecer uma linha no contra-cheque.

Após recusar um aumento linear para os Servidores Públicos Federais, debitando esse impedimento na conta da crise mundial, o Governo passou a reunir-se em separado com as categorias, sem, no entanto, divulgar o montante de recursos disponível para a concretização das negociações. Deixava o processo, portanto, a mercê do poder de pressão de cada categoria e do atendimento do que fosse ao encontro de seus interesses.

Não foi fácil a construção desse Acordo. Isso porque o Governo protelou o quanto pode as condições de uma efetiva negociação com o ANDES-SN, desconsiderando, inclusive, que já havíamos protocolado nossa proposta tanto no MPOG quanto no MEC desde o início do ano.

Após uma sucessão de encontros frustrantes, a construção da greve foi se tornando cada vez mais concreta, gerando uma gradual mobilização docente que contou com paralisações, rodada de Assembleias Geral de professores para avaliar o processo e reuniões do Setor das Instituições Federais de Ensino onde se sistematizavam os encaminhamentos para a Diretoria. O momento marcante desse contexto foi 56º CONAD instância deliberativa do ANDES-SN que congrega os representantes das seções sindicais, que deliberou pela apresentação de uma proposta emergencial de acordo com o governo.

Somente em agosto, já com os professores discutindo indicativo de greve, é que o Governo resolveu apresentar uma proposta. Frente a proposta apresentada, ocorreram sucessivas Assembleias Gerais e reuniões do Setor das IFES, que subsidiaram a Diretoria Nacional nas negociações com o governo. Como resultado desse processo, foi assinado um Acordo que, de um modo geral, incorpora as gratificações recebidas pelos professores do magistério superior e da educação básica técnica e tecnológica, GEMAS e GEDBT respectivamente; estabelece um índice de 4%, para março de 2012, a ser acrescido no vencimento básico somado a gratificação incorporada e na gratificação de retribuição por titulação (RT), que ainda se mantém no contra-cheque; e institui um grupo de trabalho para dar continuidade a esse processo negocial e ao processo de reestruturação de nossas carreiras, cujos trabalhos deverão estar concluídos até 31 de março de 2012.

Como em toda a negociação, o resultado desse acordo expressa a correlação de forças e a capacidade organizativa do movimento na condução do processo. Nesse sentido, conquistas foram obtidas, mas vale ressaltar que esse resultado não se apresenta como uma quitação das perdas a que estamos sendo submetidos e que irão completar dois anos.

Em função dessa situação e da criação do grupo de trabalho que discutirá carreira a partir de agora, precisamos manter nossa vontade política no acompanhamento do processo. Os desafios continuam e a intensidade da mobilização docente vai continuar definindo os rumos que estabeleceremos na luta pela conquista de condições de trabalho dignas, que corroborem com nossos princípios de uma universidade pública socialmente referenciada.

Temos um sindicato democrático, construído pela base, em que as decisões são tomadas coletivamente, sem o arbítrio de posições e direções de um movimento que se desvincula dos reais interesses da categoria. É isso que assegura nossa convicção de que a luta continuará forte, respaldando nossas decisões no sentido de superar desafios, avançar em nossas conquistas e construir um projeto de universidade e de sociedade com igualdade e justiça para todos.

A Diretoria

## Governo se recusou a discutir reajuste em 2011

Na audiência sobre “Política salarial permanente com Reposição Inflacionária, Valorização do Salário Base e Incorporação das Gratificações” o Fórum de Entidades dos SPFs apresentou ao governo a proposta de um índice de aproximadamente 14,6% (soma da inflação dos últimos 12 meses com a variação do PIB).

No entanto, já no mês de julho, o governo encerrava o processo anunciando que não haveria reajuste para os servidores em 2011 e nenhum reajuste geral em 2012. Alegou que não haveria negociação de índice de reposição de perdas salariais dos servidores públicos, pois a escassa disponibilidade de recursos seria aplicada na correção de distorções específicas em algumas carreiras, para vigor somente em 2012. Com essa

argumentação, o governo desviou o debate para as mesas específicas e alertou que o prazo para fechar propostas era muito curto, por imposição da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Outros eixos apresentados pelo Fórum de Entidades também geraram grande tensionamento nas reuniões com o governo, porém com poucos resultados concretos, uma vez que a resposta mais frequente foi que o governo não recuaria das iniciativas legislativas anteriormente desencadeadas em relação à criação da empresa de serviços, privatizando os hospitais universitários (MP 520/2010 e posteriormente o PL 1749/2011), em relação à retirada de direitos previdenciários (particularmente quanto à instituição da previdência complementar dos

servidores públicos PL 1992/2007), entre outras.

A avaliação feita pelas entidades foi de que o movimento não reuniu condições para a reação necessária, que seria o desencadeamento de uma greve unitária. Assim, foram sendo direcionadas ações para as negociações específicas, já em curso com diversas entidades, naquele momento. Essa avaliação foi consolidada na plenária do dia 26 de agosto, bastante esvaziada, evidenciando a alteração no curso das negociações. O reconhecimento de que não era possível reverter o quadro negocial dos SPFs com o governo foi a avaliação assumida diante da dificuldade de mobilização. Assim, as decisões foram canalizadas para ações de solidariedade às greves em curso.



Foto ANDES-SN

O início da luta dos docentes pela abertura de negociações com o governo se deu em fevereiro, no 30º Congresso, quando os professores finalizaram e aprovaram a Pauta de Reivindicações da categoria

## Expediente

Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APESJF/SSind.

**Rubens Luiz Rodrigues - Educação - Presidente**  
**Paulo César de Souza Ignácio - IFET/JF - Vice Presidente**  
**Paulo Roberto de Castro Villela Engenharia - Secretário Geral**  
**Zuleyce Maria Lessa Pacheco Enfermagem - 1ª Secretária**  
**Maria de Fátima G. M. Kalil Patrício C.A. João XXIII - 2ª Secretária**  
**Ana Livia de Souza Coimbra - Serviço Social - 1ª Tesoureira**  
**Marilene Schelgshorn dos Santos de Sansão - Inativo - 2ª Tesoureira**

Redação e diagramação: Daniel Goulart / e projeto gráfico: Luiz Felipe Falcão / Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem 1600 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 Tel/Fax: (32) 3215-1286 / Homepage: apes.org.br  
 E-mail: apesjf@acesa.com



Foto Renata Maffezoli

Diretoria do ANDES-SN conseguiu audiência com MP apenas em 11/7

## Primeira mesa específica no MP ocorreu apenas em 11/07

O ANDES-SN manteve interlocução com o Ministério da Educação, destacando da pauta especialmente os temas relacionados com a necessidade de ampliação de vagas docentes, a precarização gerada pela expansão sem estrutura, a crise dos Colégios de Aplicação e CEFET, mas a primeira mesa específica dos docentes no Ministério do Planejamento ocorreu somente no dia 11/07 com a presença de representantes do ANDES-SN e do Proifes.

Na sequência dos debates, ficou claro que só seriam considerados pelo governo os pontos em torno dos quais houvesse acordo e que, portanto, não seria possível avançar nas questões estruturais da carreira dentro de prazo tão exíguo.

Diante disso, o 56º CONAD decidiu que o ANDES-SN deveria apresentar uma proposta de acordo emergencial para forçar o governo a se manifestar. Os termos da proposta apresentada pelo ANDES-SN foram os seguintes: a) incorporação das gratificações (RT, GEMAS, GEDBT) ao vencimento de forma a garantir remuneração integral e uniforme do trabalho prestado pelo professor de mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação; b) piso remuneratório de R\$

2.196,74 (valor do salário mínimo calculado pelo DIEESE para 1º de janeiro de 2011) para docente graduado, em regime de trabalho semanal de 20h, na posição inicial da carreira; c) interstício de 5% entre os níveis da carreira; d) relação entre os regimes de trabalho que importe em acréscimo de 100% para o regime de trabalho de 40h, e de 210% para o regime de dedicação exclusiva, tendo como referência o regime de trabalho de 20h, integrando a remuneração unificada; e) acréscimos relativos à titulação de 75% para doutorado/livre docente, 37,5% para mestrado, 18% para especialização, 7,5% para aperfeiçoamento, integrando a remuneração unificada; f) paridade e integralidade para os aposentados, reposicionamento de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria e garantia dos direitos decorrentes da aplicação do art. 192, da lei 8112/90 RJU aos docentes que se aposentaram até 1997 e seus pensionistas.

Depois de constatado que não seria possível incluir, nesse momento das negociações, a mudança do número de níveis da carreira, nem para menos, como queria o movimento, nem para mais, como queria o governo, a reunião do setor das

IFES decidiu flexibilizar a contra proposta de acordo emergencial, mantendo todos os itens, mas reduzindo o interstício entre os níveis de 5% para 3%, considerando os atuais 17 níveis.

Em decorrência disso, o governo apresentou pela primeira vez uma proposta, dia 09 de agosto, nos seguintes termos: a partir de julho de 2012, incorporação da GEMAS ao VB e correção de distorções no enquadramento ocorridas para docentes em atividades, quando da criação da classe de professor associado, proposta restrita ao magistério superior.

Somente a partir deste momento foi estabelecido um efetivo processo de negociação. Diante das impropriedades e insuficiências apontadas na mesa, o governo foi recuando em suas propostas, que eram alteradas a cada reunião, porém sempre restritas a um pequeno impacto financeiro justificado pelo governo com o argumento de indisponibilidade de recursos frente à crise. Os interlocutores do governo mencionavam também que o prazo para conclusão das negociações deveria ser anterior a 31 de agosto, devido à limitação contida no artigo 78 da LDO 2012, ainda que tal lei somente fosse sancionada pela presidente da República e publicada no DOU em 15 de agosto.

## Não deu na imprensa...

### Faculdade de Educação da UFMG em apoio à greve dos profissionais da rede estadual

Professores da Faculdade de Educação da UFMG divulgaram manifesto em solidariedade aos professores estaduais. Em nota, os docentes reforçam a legitimidade da causa, destacando que um piso salarial básico justo é direito nacional garantido por lei e cabe aos governantes de cada estado cumpri-lo.

Além dos professores, alunos da rede estadual foram às ruas apoiar a greve e criticar o governo estadual.

### Greve dos docentes UFPR é suspensa com vitórias

Em assembléia, os professores da Universidade Federal do Paraná decidiram pela suspensão temporária da greve deflagrada no dia 19 de Agosto. Após 13 dias de paralisação, as respostas da reitoria para os 16 itens emergenciais da pauta local foram consideradas satisfatórias pelos grevistas. Estudantes da universidade também haviam aderido ao movimento e após ocuparem a reitoria por seis dias, retornaram as atividades normais.

Apesar disso, o estado de greve continua como forma de pressionar a universidade no cumprimento dos acordos

### Contra a privatização

Servidores públicos federais mobilizados no Congresso impediram mais uma vez a votação do PL 1749/2011, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), prevista para 14/09, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Diretores do ANDES-SN participaram do ato contra a aprovação do projeto, junto com a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra), que levou cerca de 500 técnicos administrativos ao plenário.

### Estudantes desocupam reitoria da UFF mediante acordo

Após uma semana de ocupação, cerca de 800 estudantes deixaram reitoria da Universidade Federal Fluminense. O objetivo da ocupação, segundo o DCE, era garantir que antigas reivindicações já prometidas pela Administração Superior saíssem do papel. Em reunião realizada no dia 06/07, a reitoria cedeu à maioria das propostas dos estudantes.

Ainda assim, a polícia foi acionada para realizar a reintegração de posse. No sentido de evitar uma ação violenta, os manifestantes organizaram uma saída pacífica do prédio.

Os estudantes conseguiram ainda uma audiência pública com a Reitoria, agendada para 05/10.

### Professores da UFPA fazem paralisação para pressionar Governo Federal

No dia da primeira reunião entre o Governo Federal e o ANDES-SN para discutir a reestruturação da carreira docente, professores da Universidade Federal do Pará paralisaram as atividades durante 24 horas.

A manifestação, ocorrida no dia 14, teve como objetivo pressionar o governo para atender o modelo de carreira defendido pela categoria.

As discussões em torno das mudanças na carreira tem como prazo limite o dia 31 de março de 2012. Até lá, os professores devem seguir em estado de greve.

# InformAPES

**12/08**

**UFJF e IF Sudeste MG/JF aprovam indicativo de greve sem data**

Os oitenta professores reunidos em assembléia, na manhã de 11/08, aprovaram indicativo de greve na UFJF e no IF Sudeste MG sem data. Os docentes deliberaram ainda uma paralisação para os dias 23 e 24/08, além da organização de um Comando Local de Mobilização. A assembléia dos professores tinha então caráter permanente.

A decisão veio se juntar à intensa mobilização de várias seções sindicais em

todo o país. Segundo informações do ANDES-SN, além da APESJF, mais onze Seções Sindicais haviam aprovado indicativo de greve e várias outras estavam com assembléias marcadas para o mesmo dia.

A APESJF participou também de mais uma reunião do Setor das Federais do ANDES-SN. O encontro avaliou a mobilização nacional para a composição do quadro de deliberações das Seções Sindicais.

**18/08**

**Professores indicam greve em 1º de Setembro**

A Assembléia dos Professores decidiu, por ampla maioria, indicar a data de 01 de setembro para deflagração da greve na UFJF e no IF Sudeste MG. Os docentes aprovaram ainda um conjunto de ações para municiar o Comando Local de Mobilização

(CLM) no sentido de promover a comunicação, a mobilização e as diversas ações para a construção do movimento na UFJF e no IF Sudeste MG. Os professores paralisaram ainda em 23 e 24/08 como decidido em assembléia anterior.

**23 e 24/08**

**Docentes realizaram paralisação**

Professores da UFJF e IF Sudeste MG/JF realizaram paralisação nos dias 23 e 24 de agosto, com assembléia para discussão dos rumos do movimento a partir

dos informes da reunião do Setor das Federais do ANDES -SN, que havia se reunido no final de semana em Brasília. A paralisação alcançou 80% dos docentes.

**Professores da UFJF e do IF Sudeste MG/JF indicam assinatura do acordo e suspendem indicativo de greve**

Os professores da UFJF e do IF Sudeste MG/JF aprovaram, por ampla maioria, a indicação de que o ANDES - Sindicato Nacional assinasse o acordo proposto pelo governo federal na última reunião com o Ministério do Planejamento. A assembléia, realizada na manhã de 24/08, contou com 138 docentes e suspendeu o indicativo de greve, anteriormente aprovado para 01/09.

Os docentes apontaram a precariedade do acordo que não repõe as perdas

inflacionárias, mas avaliaram a conjuntura e decidiram que esta seria a melhor posição no momento. A próxima assembléia foi marcada para terça-feira, 30/08.

A decisão se juntou às deliberações de assembléias de todo o país, compondo um quadro que seria analisado na próxima reunião do Setor das Federais do ANDES - SN, em 25/08. O encontro se daria na parte da manhã, já que, à tarde, a representação do ANDES-SN se reuniria com o Ministério do Planejamento.

**30/08**

**Depois de reviravoltas nas negociações, professores ratificam posição da assembléia anterior**

Logo após a assembléia do dia 24/08, o governo voltou atrás em sua proposta, dizendo que o índice de 4% não incidiria sobre a Retribuição por Titulação, e que todas as entidades envolvidas no processo de negociação, inclusive o MEC haviam cometido um engano.

O fato causou perplexidade no ANDES que afirmou durante a negociação ter sinal verde do Setor das Federais para a assinatura do acordo,

mas que não poderia proceder assim com nova posição do MP.

A reviravolta seria discutida em nova assembléia da APESJF em 30/08.

No entanto, em nova reunião, o governo decidiu manter sua posição inicial o que fez com que o ANDES assinasse o acordo.

Assim a assembléia dos professores da UFJF e IF Sudeste MG/JF apenas ratificou a suspensão do indicativo.

## ANDES procurou com



Docentes da APESJF, reunidos em assembléia, votam indicativo



Assembléia da APESJF. A mobilização dos professores em assembléia

# duzir o processo da forma mais democrática possível



Foto Dannel Goulart

É preciso destacar o método democrático utilizado pelo ANDES-SN, compartilhando todas as informações, o tempo todo, e privilegiando a construção do processo por meio das suas seções sindicais. Todas as reuniões com o governo e todas as reuniões do setor das federais foram relatadas em detalhes, por escrito, para as seções sindicais no próprio dia ou na manhã do dia seguinte em que ocorreram.

Notícias no portal ANDES-SN prontamente repassaram o resumo dos acontecimentos para o público em geral. As reuniões do setor das IFES foram precedidas de rodadas de assembleias gerais em todo o país, e o resultado desse debate presencial, bem como suas indicações, foram compartilhados com as demais seções sindicais, privilegiando a via

tradicionalmente utilizada pelo sindicato, isto é, os relatos verbais e por escrito sob responsabilidade dos representantes das seções sindicais em cada reunião do setor. São estes que constam nos relatórios. Três ciclos de assembleias de base e reuniões nacionais do setor das IFES foram realizados no mês de agosto. Para tomar decisões nas reuniões do setor das IFES, só votam os representantes das seções sindicais presentes, um por seção sindical.

Da proposta apresentada no dia 9 de agosto, até chegar à anunciada na noite do dia 19 de agosto, ocorreram os seguintes passos: no dia 15 de agosto, o governo aceitou incorporar ao VB também a gratificação da carreira EBTT, adiando a correção do enquadramento dos professores associados em

troca de “reajustar as iniciais das classes”; no dia 16 de agosto, propôs aplicar 4% sobre o novo VB somente na tabela do magistério superior; na manhã do dia 19 de agosto, aceitou aplicar os 4% sobre a remuneração total, incluindo também a RT, tanto do magistério superior quanto do magistério de EBTT, repercutindo plenamente para os aposentados, mas com vigência somente em julho de 2012; na noite do dia 19 de agosto, aceitou antecipar a vigência para março de 2012 e assumiu firmar compromisso, com prazo definido, para negociar a reestruturação da carreira docente, mencionando o objetivo de equivalência com a remuneração atualizada da C&T. Em todos os momentos se negou a informar o impacto financeiro das propostas.

o de greve na UFJF



Foto Dannel Goulart

## Mobilização docente flexibilizou posições do governo

Nas reuniões da mesa, ocorridas pela manhã e ao final da tarde do dia 19 de agosto, visivelmente premido pelos sinais de crescimento do movimento docente e do indicativo de greve nacional, o governo, desta vez com a presença mais efetiva do MEC, flexibilizou posições em relação à abrangência e ao prazo, apresentando o que seria a sua proposta limite, condicionada à assinatura de acordo: a) incorporação da GEMAS ao VB; b) incorporação da GEDBT ao VB; c) correção de 4% na tabela para os docentes da carreira do ensino superior e da carreira de EBTT, incidindo também sobre a RT, isto é, sobre todas as colunas da composição remuneratória; d) vigorando a partir de março de 2012; e) compromisso com a reestruturação da carreira, constituindo grupo de trabalho

com prazo conclusivo até maio de 2012, além de oficinas para aprofundamento temático; e) compromisso referência remuneratória com a C&T atualizada.

O setor, ao analisar a proposta, considerou a incorporação das gratificações GEMAS e GEDBT, a repercussão para os aposentados e o tratamento igualitário para as duas carreiras como passos positivos, visto que estas proposições estão presentes em nossa pauta de reivindicações, mas que o patamar proposto para correção das distorções salariais é evidentemente insuficiente, já que não promove a relação de equivalência com outras categorias do serviço público federal e é bastante inferior até mesmo ao índice inflacionário

de período.

Reconheceu, no entanto, que há avanços conceituais, representados pela aproximação com a nossa proposta de carreira (isonomia e paridade entre carreiras docentes, entre ativos e aposentados e na direção de uma linha só no contracheque), que são ganhos estruturais e que, apesar de limitados, vão no sentido de ampliar um pouco mais a segurança nos vencimentos com o crescimento relativo do VB, em maior proporção nos estágios iniciais da carreira, e uma participação proporcionalmente maior para os aposentados, já que os anuênios incidem sobre o VB.

Considerou, também, ser muito significativa a possibilidade de afastar da cena a gratificação com potencial produtivista, o que sepultaria definitivamente a famigerada GED.

eias de todo o país foi importante para pressionar o governo

# Em busca de uma linha só no contracheque

Durante o último ano, desde que foi desencadeado o processo para reestruturação da carreira docente que ainda está em curso, foi ficando presente que seriam três os fundamentos de maior conflito com o governo. O mais destacado em todas as avaliações era justamente a nossa proposta de incorporação das gratificações “uma linha só o contracheque”, já que o paradigma sobre o qual o governo sustenta a sua reforma administrativa é justamente vincular a principal parcela da remuneração à chamada produtividade do servidor público. O aspecto mais alarmante sobre isso foi o fato de que no mesmo ato legal que criou a GEMAS e a GEDBT, a Lei 11.784/88, constam os artigos 140 a 162 definidores da metodologia de avaliação

vinculada ao cumprimento de metas, e disto a repercussão salarial, defendida pelo governo.

Em todas as reuniões que tivemos com o governo, este ponto foi muito tensionado. A proposta de unificar as carreiras e os cargos de professor federal tem sido outro fundamento sempre contestado pelo governo nas reuniões, sob o argumento de que há naturezas distintas no trabalho docente entre diferentes instituições federais, entre Magistério Superior e Ebt.

Por isso, costuma não concordar com a premissa de que “o que vale para uma deve valer para a outra”. O terceiro ponto de maior conflito diz respeito à repercussão de ganhos para os aposentados.

Os interlocutores do governo chegaram a dizer que é

preciso parar com essa tese de que os aposentados ainda estão na carreira. A respeito destes três elementos que firmam posição conceitual na estruturação das relações de trabalho e dos direitos dos docentes, a recente negociação marca uma inflexão importante a favor do projeto de carreira apresentado pelo ANDES-SN.

O setor teve clareza na sua avaliação quanto à dureza do governo na disponibilização de recursos e no método utilizado no espaço negocial, ao aplicar na prática, de forma ainda mais draconiana, os limites pretendidos pelo PLP 549 de congelamento de gastos com pessoal, apesar do crescimento contínuo da arrecadação.

Isso foi expresso nas análises nacionais e nas considerações das assembleias

gerais que, em sua grande maioria, reivindicaram os ganhos conceituais e questionaram o índice de correção.

Ainda neste ponto da avaliação, ficou evidente que a mesa em curso não se reunia a título de negociação salarial, uma vez que isso já havia sido fechado de forma negativa pelo governo na negociação com os SPF, e também não teria o alcance, no prazo restrito, para concluir a negociação completa sobre a reestruturação da carreira.

Tratava-se de uma mesa para discutir um acordo emergencial direcionado a correções de distorções que serviriam de apoio ao debate posterior da carreira. Outro elemento considerado na avaliação foi que a mobilização

dos docentes se configurou como determinante, no contexto de intransigência do governo para preservar a política econômica com opções mais conservadoras de alta taxa de juros, ampliação do superávit primário e de corte de direitos.

Houve acordo de que o processo de mobilização desencadeado em decorrência da política apontada pela direção nacional de priorizar intensamente o trabalho de base, de ampliação da divulgação da pauta de reivindicações, do envolvimento das seções sindicais produziu, recentemente, um crescimento qualitativo e quantitativo nas atividades, em especial nas assembleias gerais, e também produziu uma reflexão coletiva mais crítica frente à totalidade do processo.

Foto Danniell Goulart



Professores da UFJF reunidos em assembleia votam pela assinatura do acordo com governo

# Categoria reconheceu necessidade de nova carreira

Foto Renata Maffezoli

O grande ganho em termos de mobilização foi o ponto mais positivo identificado durante a campanha desenvolvida no primeiro semestre de 2011: progressivamente a categoria foi incorporando o conteúdo e a importância da luta pela reestruturação da carreira docente, levantando como bandeira a proposta construída pela base do ANDES-SN desde julho de 2010 tanto como instrumento para corrigir as distorções atualmente existentes, inclusive quanto ao patamar remuneratório, como para dar um sentido ao trabalho docente na construção da universidade pública brasileira.

Ficou evidente, porém, a partir das decisões das assembleias gerais, ainda que estas tenham se posicionado criticamente frente ao índice de correção, que a maioria não conduzia a greve como possibilidade de ação prioritária, indicando que o movimento ainda se encontrava em patamar aquém da reação apontada pelo setor como necessária.

Por exemplo, houve assembleias que discutiram a rejeição do acordo, mas se abstiveram do debate da greve.

Outras afirmaram não ter condição de adotar esse tipo de enfrentamento. As respostas das seções sindicais sinalizaram indignação com os limites impostos pelo governo e demonstravam um



Manifestações em Brasília reuniram docentes de todo o país para pressionar o governo federal

aumento da disposição de reagir, algumas deliberando favoravelmente ao indicativo de greve, um número menor apontado data para deflagração de greve nacional e outras já em greve, mas no debate ficaram evidentes as disparidades quanto às condições de temporalidade e intensidade necessárias segundo as exigências que esse momento conjuntural colocava para o movimento dobrar o núcleo duro do

governo e sua maioria no parlamento.

A desigualdade no processo de mobilização ficou patente e isso determinou que o setor das federais tenha decidido, apoiado nas decisões das assembleias, no método democrático de funcionamento e assumindo seu papel de direção, que exige pensar no movimento nacional como um todo, a assinar o acordo de emergência, nos termos

apresentados no dia 19 de agosto, porém com ressalvas e compromisso com a reestruturação da carreira docente.

Ainda como parte da avaliação, o setor entendeu que o dispositivo, incluído na LDO nos últimos dois anos, não é intransponível, mas é um obstáculo considerável e que incide, pela primeira vez, em uma negociação salarial com o Congresso Nacional, o que exigiria uma greve mais

forte do que as até aqui realizadas para dobrar o parlamento e a ação do governo frente ao dispositivo de não assegurar nada referente a gasto com pessoal que não estivesse tramitando até 31 de agosto.

Tal esquema só teria uma brecha para reversão em dezembro, quando da aprovação da lei orçamentária, e a partir de um posicionamento do congresso nacional.

## Equiparação do C & T poderia ter sido prejudicial

Um tópico que foi bastante avaliado nos últimos momentos da negociação diz respeito a estabelecer referência com a carreira de C&T. A conclusão foi de que tentar antecipar no termo de acordo esta referência é bem diferente do que usar a comparação nos debates ocorridos na mesa de negociações, pois passaria a ser tratado como limite máximo.

Isto é, a negociação já iniciaria dali para baixo o que poderia trazer vários

obstáculos, desqualificando na origem a proposta de reestruturação da carreira docente defendida pelo ANDES-SN, que aponta para um teto na órbita entre 19 e 21 mil reais.

Nas comparações com a carreira de C&T, é preciso ressaltar ainda outros aspectos importantes: a) essa carreira é organizada em 12 degraus e se for feita a equiparação com o teto, certamente o piso da carreira dos docentes, que tem 17 degraus, será empurrado

muito para baixo. Mais ainda na proposta do governo, que tem 21 degraus; b) essa carreira não tem o regime de trabalho de dedicação exclusiva e, reivindicar a equiparação teto com teto é desqualificar o diferencial de remuneração de dedicação exclusiva; c) os valores tomados como referência da tabela dessa carreira são aqueles fixados em julho de 2009, que em 2012 já terão uma grande defasagem pela corrosão inflacionária, tanto é que

aquela categoria tem lutado, desde o ano passado, por uma correção considerável nos valores; d) a composição salarial da carreira docente atual tem três colunas (VB, RT e GEMAS) e terá só duas a partir de 2012 (VB e RT), enquanto a carreira de C&T tem quatro colunas (VB, RT, Gratificação fixa e Gratificação variável). Nesse caso, considerando todos esses elementos e tomando a interpretação menos favorável para os docentes, que certamente seria utilizada na

conveniência do governo, o piso atual da carreira C&T está apenas quatro reais acima do piso da carreira docente (este resultado é obtido quando a comparação dos pisos se dá somando, por um lado, o VB mais GEMAS inicial sem titulação da carreira docente em DE, e por outro lado, o nível inicial sem titulação e a pontuação mínima da gratificação variável da carreira C&T).

Por tudo isso, o ANDES-SN não insistiu que constasse no termo de acordo.

## E a luta continua...

Considerando que o resultado de qualquer negociação é parcial, e que neste em particular estamos diante de um quadro sem precedentes de arrocho ao conjunto dos servidores públicos federais, o debate produzido nacionalmente expressou que os principais balizamentos dos passos tomados, que levaram até a assinatura do acordo, deveriam ser:

a) a análise da correlação de forças: de um lado a dureza do governo, blindado pela aliança entre os três poderes, a elite financeira nacional e internacional e a grande imprensa, e de outro a desigualdade em que foi possível desenvolver a mobilização conjunta dos servidores públicos e também a específica do movimento docente organizado no ANDES-SN;

b) a insuficiência dramática quanto à repercussão salarial e o sentido estruturalmente positivo do que foi posto na mesa ao final da negociação, que inverte posições anteriores do governo e aproxima de conceitos caros ao projeto de carreira do movimento docente.

O processo em curso, trilhado em meio a

todas as dificuldades mencionadas, firma um marco nesse acordo emergencial que, por sua vez, origina e potencializa o que vem depois em outro processo.

Isto é, o acordo emergencial fecha um ciclo e abre outro, que tem como eixo a conquista da reestruturação da carreira docente. Assim, nossa postura neste momento interfere no porvir de modo decisivo, em particular no que se refere a assegurar pontos que servem de base para uma maior aproximação com o nosso projeto de carreira. Foi demarcada a necessidade de compreender o caráter emergencial do que foi pautado na negociação e que é preciso assumir que ampliar a mobilização é mais importante do que nunca.

Resumindo, o centro do debate foi avaliar as potencialidades e limitações da nossa capacidade de reagir na negociação emergencial, procurando caracterizar se esta mobilização teria a potência e o alcance para arrancar mais do governo, assumindo os riscos decorrentes da rejeição da proposta de acordo que



Foto Renata Maffezoli

Professora Marina Barbosa, Presidente do ANDES-SN, assina o acordo com Governo Federal

estava na mesa, entre estes a exclusão da continuidade do debate com o governo da nossa proposta de carreira. A compreensão foi de que estava em nossas mãos a decisão sobre um passo em curto prazo, reconhecendo ganhos frente à pauta, embora limitados, e que seguiremos no enfrentamento e mobilização para a negociação da carreira e do restante da pauta, incluindo as pautas locais.

Em meio a um quadro de arrocho salarial gravíssimo no serviço público federal, passaremos a ficar mais próximos dos

fundamentos contidos no projeto de carreira construído pelo movimento docente. Foi destacado que a categoria deve se manter em estado permanente de mobilização, para que se avance no sentido da proposta defendida pelo ANDES-SN.

Em qualquer hipótese, a deliberação sobre o acordo proposto na mesa não pode resultar em desmobilização. Ao contrário, é necessário que a mobilização cresça, pois só ela dá sustentação ao processo negocial e, por sua vez, se alimenta diante das possibilidades de conquistas.

Essa mobilização tem um único sentido: a luta.

A luta pela carreira que desejamos ver aprovada, a luta pela recuperação de nossas perdas, cujo registro salientado no acordo deixa claro que não as abandonamos, a luta pela isonomia e paridade entre todos os docentes, ativos e aposentados, que temos como princípio basilar na reestruturação.

Uma luta que compreenda, portanto, nossas aspirações individuais e coletivas e a proposta de Universidade do ANDES-SN.

## Confira síntese do acordo

- Incorporação da Gratificação por Exercício do Magistério Superior (Gemas);
- Incorporação da Gratificação de Atividade Docente de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Gedbt);
- Correção de 4% na tabela para aos docentes da carreira de ensino superior e da Ebt, incidindo também sobre a RT, isto é, sobre todas as colunas da composição remuneratória;
- Compromisso de reconhecimento das perdas acumuladas pela categoria, que voltará a discussão na negociação do próximo ano;
- Compromisso com a reestruturação da carreira constituindo grupo de trabalho, com prazo conclusivo até maio de 2012, além de oficinas para aprofundamento temático;